



Our world is not for sale.
STOP corporate globalization.

OMC, reviravolta em 2013: Alimentos, Empregos e Desenvolvimento Sustentável em Primeiro Lugar

Declaração - 28 de outubro, 2013

Depois de mais de três décadas de experiência em um modelo de globalização liderado pelas grandes corporações, está claro de que se trata de um modelo fracassado para os trabalhadores, pequenos agricultores e para o meio ambiente, ao mesmo tempo em que facilita o enorme enriquecimento de alguns poucos privilegiados. A emergência da crise financeira e econômica global dos últimos cinco anos expôs muitos impactos negativos de políticas tais como a desregulamentação do setor financeiro, que resultou em colapso e perda de empregos; a comoditização dos mercados agrícolas resultando na volatilidade dos preços dos alimentos e na fome; a “corrida ao fundo do poço” nas políticas de liberalização da produção, que resultou em calamidades fatais como o desmoronamento da fábrica em Bangladesh em que mais de 100 trabalhadores têxteis morreram; os monopólios de propriedade intelectual que limitam o acesso a medicamentos que podem salvar vidas; as políticas de expansão do comércio corporativo (em vez do comércio voltado para o desenvolvimento) que exacerbam a crise climática. Apesar dos danos inacreditáveis, essas são as políticas de liberalização, desregulamentação e monopolização corporativa que formam a espinha dorsal do sistema de comércio global atual, consolidado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995.

A emergência das crises globais financeira, alimentar e econômica, entre outras – crises que as regras de privatização e liberalização da OMC falharam em prevenir e para as quais contribuíram – oferece uma oportunidade para a reflexão sobre os problemas endêmicos do modelo de globalização que a OMC consolidou globalmente. Infelizmente, dentro da OMC, o que existe é um fracasso retumbante em se reconhecer a contribuição da Organização para a crise global: pelo contrário, muitos membros têm trabalhado para manter o foco em aumentar o comércio no interesse das corporações sem considerar os custos humanos e ambientais. Assim, dentro da OMC, alguns membros – representando interesses das corporações – estão tentando expandir suas políticas fracassadas nos meses que antecedem a 9ª Reunião Ministerial da OMC, que será realizada em Bali, Indonésia, de 3 a 6 de dezembro de 2013.

Enquanto o quadro global dessas regras é estabelecido pela OMC, as mesmas políticas também aparecem sob formas ainda mais extremas nos chamados Acordos de Livre Comércio (ALCs) regionais e bilaterais, dos quais resultam a perda de empregos, a volatilidade dos preços dos alimentos e o crescente controle das corporações sobre os serviços públicos e recursos naturais. Esses ALCs e a proliferação de Tratados Bilaterais de Investimentos (TBIs) levaram a uma explosão de casos de disputas legais entre Investidor e Estado, em que muitas leis de saúde, seguridade e normas ambientais são atacadas pelas transnacionais em tribunais privados, resultando em multas de bilhões de dólares pagas às corporações com o dinheiro dos cidadãos contribuintes.

Dada essa situação, a rede Nosso Mundo Não Está à Venda (*Our World Is Not for Sale* - OWINFS) afirma que o comércio mundial tem que trabalhar para os 99%: deve garantir aos países um espaço suficiente para a formulação de políticas de desenvolvimento e criação de empregos, e deve facilitar, em vez de dificultar, os esforços globais para a garantia de segurança alimentar verdadeira, de desenvolvimento sustentável, de acesso a cuidados de saúde e medicamentos e estabilidade financeira global. O comércio deve privilegiar os acordos globais de direitos humanos e a sustentabilidade ambiental acima do lucro das corporações. Portanto, deve ser criada uma instituição inteiramente nova, com o mandato central de estabelecer regras comerciais que disciplinem o comportamento das corporações transnacionais e permitam aos países buscar um comércio voltado para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, entretanto, sérias mudanças devem ser feitas nas políticas já existentes da OMC, de modo a permitir que os países tenham mais espaço de formulação de políticas voltadas a encontrar as soluções urgentes para esses desafios globais fundamentais. Imediatamente, também, as negociações rumo à próxima Reunião Ministerial devem ser revistas para que se expresse a necessidade de uma mudança radical na agenda.

O Cenário Atual da OMC: Direção Errada, Propostas Erradas

Depois de muitas negociações fracassadas e em quase doze anos, a Rodada de Doha de expansão da OMC está em uma encruzilhada. Os países desenvolvidos colocaram de lado os acordos a serem negociados sobre temas chave para os países em desenvolvimento, cujo propósito era de corrigir desequilíbrios existentes dentro da OMC e que formavam a base do mandato de Doha, focado no desenvolvimento.

Pior ainda, os países desenvolvidos parecem estar repaginando as mesmas demandas de liberalização e acesso a mercados segundo interesses das corporações para criar uma “nova narrativa do comércio” voltada para ganhar acordos na 9ª Ministerial em Bali. As demandas incluem um acordo de Facilitação do Comércio, que criaria para os países em desenvolvimento uma sobrecarga de regulação, implementação, exigências tecnológicas e de recursos humanos, e também resultaria para os mesmos países em mais importações do que exportações. Enquanto isso, os países desenvolvidos fracassaram em suas obrigações de garantir níveis adequados de Tratamento Especial e Diferenciado dentro das próprias negociações de Facilitação do Comércio, particularmente no que diz respeito à assistência técnica e financeira.

Ao mesmo tempo, os interesses das corporações dos países desenvolvidos continuam marginalizando as demandas correntes dos países em desenvolvimento rumo à Ministerial de Bali. É afrontoso que países ricos se oponham à proposta dos 46 países do G33, de permitir aos países em desenvolvimento subsidiar os agricultores pobres para que produzam alimentos para suas populações que se encontrem em risco de fome. Da mesma maneira, as demandas dos Países Menos Desenvolvidos por um simples pacote de políticas que lhes permita melhorar os resultados de sua participação no comércio global deveria ser aprovada e implementada imediatamente, em vez de ser posta de lado ou mantida refém para a obtenção de outras concessões por parte dos países em desenvolvimento.

Assim, se vai haver algum acordo para a próxima Ministerial em Bali, ele deve começar a reequilibrar as desigualdades do passado, passando pela adesão ao acordo proposto pelo G33 pela Segurança Alimentar, por um forte pacote para os Países Menos Desenvolvidos, bem como por um forte pacote de Tratamento Especial e Diferenciado. Um acordo vinculativo sobre Facilitação do Comércio seria um tremendo passo na direção errada.

É profundamente preocupante que os países desenvolvidos já tenham lançado negociações para sua agenda pós-Bali, incluída a da expansão de um Acordo sobre Tecnologia de Informação (*Information Technology Agreement – ITA*) plurilateral. Uma expansão do ITA alcançaria vários dos objetivos de liberalização dos países desenvolvidos nas negociações de Acesso a Mercados Não-Agrícolas da Rodada de Doha, e teria impacto negativo na capacidade dos países mais pobres em desenvolver seus setores tecnológicos. Eles também lançaram negociações plurilaterais sobre serviços, chamadas de Acordo de Comércio em Serviços (*Trade in Services Agreement – TISA*). A criação de um acordo de livre comércio radical em serviços, como o proposto TISA, resultaria na desregulamentação e liberalização de muitos serviços públicos e privados, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. Isso também reduziria a pressão sobre os países desenvolvidos para que concedam as muitas mudanças a serem feitas na OMC tal como existe, demandadas pelos países em desenvolvimento nas negociações. Esses dois acordos propostos representam mais do mesmo modelo falido de liberalização e desregulamentação, e encontram oposição de parte das organizações da sociedade civil de nações que participam e que não participam das negociações, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Qualquer agenda pós-Ministerial a ser acordada na próxima reunião em Bali não deve ser focada nas pautas de “mais-do-mesmo” das corporações transnacionais.

Por isso, a rede Nosso Mundo Não Está a Venda (OWINFS) afirma também que além de uma transformação de longo prazo na arquitetura econômica e de comércio global, mudanças imediatas devem ser realizadas na OMC para oferecer aos países mais espaço para formular políticas voltadas para uma agenda positiva de desenvolvimento e criação de empregos, segurança alimentar, sustentabilidade, acesso a cuidados de saúde e medicamentos e estabilidade financeira global.

Os princípios básicos e objetivos na base da OMC devem ser revistos, muitas das políticas atuais devem ser corrigidas e muitos aspectos da Agenda do Desenvolvimento de Doha lançada em 2001 precisam mudar. Especificamente, apelamos aos governos para que transformem o regime global de comércio através das seguintes ações:

1. Queremos Empregos e Espaço de Formulação de Políticas de Desenvolvimento Industrial

Em decorrência da crise econômica e financeira global, a situação de desemprego deteriorou-se ainda mais tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. No entanto, em vez de priorizar a criação de

empregos, a estrutura da OMC está focada na redução de tarifas e força os trabalhadores a competir em um jogo desigual, o que resulta na maior erosão, e não no uso do comércio para a geração de emprego. Pior ainda, as propostas da Rodada de Doha cortariam mais tarifas nos países em desenvolvimento do que nos países ricos, o que traria ainda mais erosão dos empregos dignos nas indústrias chave. Os países em desenvolvimento já vulneráveis não devem pagar pelos defeitos do atual sistema global de comércio tendo que oferecer mais acesso a mercados, o que destruiria suas perspectivas de desenvolvimento industrial.

- Qualquer acordo atual ou futuro deve estar focado em utilizar o comércio para expandir a geração de empregos como por exemplo através da Agenda de Trabalho Decente - e em proteger o espaço dos países para a formulação de políticas, em vez de apenas no corte de tarifas.
- A expansão do Acordo sobre Tecnologia da Informação (*Information Technology Agreement – ITA*) deve ser abandonada.
- Em quaisquer negociações futuras sobre Acesso a Mercados Não Agrícolas (*Non-Agricultural Market Access – NAMA*), a fórmula suíça deve ser abandonada; as tratativas devem ser baseadas no mandato de Reciprocidade Assimétrica (*Less Than Full Reciprocity*); as discussões setoriais devem ser voluntárias; os empregos no setor industrial não devem trocados por empregos no setor agrícola, e deve haver uma cláusula anti-concentração, para que os países possam preservar a flexibilidade para proteger setores vulneráveis e que utilizam mão-de-obra intensiva.
- Demandamos Avaliações de Impacto com relação às negociações de Acesso a Mercados Não Agrícolas. Avaliações qualitativas e quantitativas são necessárias para qualquer potencia acordo futuro da OMC sobre as questões do emprego e do meio ambiente.

2. Exigimos o Direito de Proteção do Espaço para a Formulação de Políticas de Desenvolvimento

O comércio deve ser acessível aos países em desenvolvimento, para ser utilizado como uma ferramenta para o desenvolvimento. O comércio não é um objetivo em si. Se o resultado atual do comércio sob as regras vigentes ou propostas cria obstáculos para o desenvolvimento das pessoas e dos países pobres, novas regras são necessárias. Muito antes do início da rodada de Doha em 2001, os países em desenvolvimento apresentavam na OMC diversas propostas que lhes permitiriam ter acesso aos benefícios do comércio e preservar ao mesmo tempo o espaço para a formulação de políticas de desenvolvimento. Isso incluía as propostas originais chamadas de “Questões de Implementação”, elaboradas há mais de uma década e apresentadas como uma alternativa à agenda da Rodada de Doha, projetadas para corrigir as assimetrias e vieses da Rodada do Uruguay. Além disso, as preocupações comerciais dos Países Menos Desenvolvidos (*Least Developed Countries - LDCs*) não devem ser suplantadas pelas demandas excessivas dos países ricos que buscam mais acesso a mercados em nações onde há mercados emergentes. Os países em desenvolvimento apresentaram propostas que permitiriam aos LCDs preservar seu espaço para a formulação de políticas de desenvolvimento e ao mesmo tempo obter benefícios com o comércio. Em acréscimo, as negociações de Facilitação do Comércio, se implementadas tal como estão sendo agora negociadas, aumentariam indevidamente a carga tecnológica, financeira e de recursos humanos exigida dos países em desenvolvimento, o que resultaria para estes países em facilitação de importações muito mais que de exportações. Portanto:

- O Acordo de Facilitação do Comércio proposto deve ser de adesão voluntária para os países em desenvolvimento. As propostas em Tratamento Especial e Diferenciado nessas negociações devem ser fortalecidas e completadas, incluída a assistência técnica e particularmente a assistência financeira, a contento dos países em desenvolvimento, antes de que lhes seja exigido qualquer compromisso vinculativo em Facilitação do Comércio.
- O pacote proposto para os Países Menos Desenvolvidos (LCDs), incluído o acesso livre de cotas e impostos, uma resolução justa e imediata para as demandas dos países produtores de algodão e a revogação de serviços para os LCDs, deve ser adotado independente da finalização de um pacote Doha completo.
- As Questões de Implementação devem voltar ao foco central da OMC nos anos que se seguirão à 9ª Conferência Ministerial. Uma agenda de desenvolvimento real, que tem estado ausente das negociações da OMC, deveria enfocar a reforma das regras de propriedade intelectual, de serviços e mercadorias, para que estas regras possam ajudar o desenvolvimento.
- A completa renegociação de um amplo espectro – não de um conjunto limitados – de propostas para garantir o Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento deve ser priorizada como um aspecto fundamental para quaisquer negociações futuras.

- Se os Países Menos Desenvolvidos buscam adesão à OMC, sua entrada não pode estar condicionada a demandas de acesso a mercados, mas estes devem poder aderir nos termos que lhes permitam usar o comércio de acordo com suas necessidades de desenvolvimento. Esses termos não devem ultrapassar àqueles aplicados aos Países Menos Desenvolvidos que são membros originais da OMC.

3. Exigimos Estabilidade Financeira Em Vez de Desregulamentação Financeira

As regras de desregulamentação e a liberalização da OMC nos serviços financeiros ajudaram a criar as condições para o desastre da crise financeira global. Mesmo assim, enquanto o G20, muitos governos e mesmo o Fundo Monetário Internacional reconhecem a necessidade de re-regulamentação na esteira na crise financeira, as regras do Acordo Geral da OMC sobre Comércio de Serviços (*General Agreement on Trade in Services – GATS*) podem na verdade dificultar os esforços de regulamentação financeira; as propostas atuais na negociação do GATS criariam ainda mais limites às regulamentações nacionais e ampliariam o alcance da exigências de desregulamentação.

Mudanças imediatas nas regras do GATS sobre serviços financeiros são necessárias e não se deve implementar mais desregulamentação e liberalização desses serviços dentro da OMC. Além disso:

- Os países não devem assumir novos compromissos de liberalização do comércio em serviços financeiros no quadro das negociações do GATS nem através do proposto Acordo de Comércio de Serviços (TISA) plurilateral.

- As regras existentes e propostas do GATS devem ser revistas à luz da crise financeira e então esclarecidas ou modificadas, para garantir o espaço de formulação de políticas para que os países possam usar medidas macroprudenciais tais como o controle de capitais e a taxação das transações financeira, bem como implementar outras medidas regulatórias e preventivas.

- Não é apropriado no contexto da OMC ou do TISA que se elaboram ou sejam adotadas disciplinas sobre a regulamentação nacional no setor de contabilidade que tenham sido acordadas antes da crise financeira, nem que sejam adotadas ou elaboradas quaisquer outras disciplinas sobre a regulamentação nacional.

4. Exigimos Acesso à Saúde e Medicamentos acima dos Monopólios de Patentes

Aqueles que defendem o acesso aos cuidados de saúde e remédios tiveram uma importante vitória em 2001 através da adoção da Declaração de Doha sobre a Saúde Pública e o Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Ligados ao Comércio (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - TRIPS*). Essa declaração reafirmou as flexibilidades contidas no acordo TRIPS e seu uso direcionado às necessidades de saúde pública dos estados membros da OMC. No entanto, as negociações que se seguiram e que deveriam ter facilitado a exportação de medicamento sob licença compulsória para países que tenham condições insuficientes ou nulas de produção dos mesmos, foram concluídas sem que fosse estabelecido um mecanismo exequível capaz de traduzir o acordo em termos de acesso real aos medicamentos. Por isso, a saúde pública sofreu por causa dos monopólios complexos e restritivos de patentes que foram priorizados acima da garantia de acesso a remédios. Portanto:

- Os estados membros devem examinar a decisão de 30 de agosto de 2003 sobre o Artigo 31 do TRIPS e a decisão subsequente de emendas ao TRIPS em 2005, e melhorar essas decisões para torná-las realizáveis.

- Os membros devem concordar com uma moratória permanente das denúncias de violação do TRIPS.

- Os membros devem tornar permanente a recusa das obrigações do TRIPS para os Países Menos Desenvolvidos enquanto tais, sem condicionantes, incluída aí a permissão aos Países Menos Desenvolvidos para reverter processo de implementação do TRIPS já em curso.

5. Exigimos Regras de Comércio que Apoiem a Segurança e a Soberania Alimentar

Outra crise alimentar global mostrou novamente nosso sistema falido de comércio de alimentos, que expõe os pequenos agricultores a invasões de importações quando os preços estão baixos demais (frequentemente devido a políticas injustas de subsídios dos países ricos), enquanto aumenta o número de seres humanos que passam fome quando o preço dos alimentos dispara. Essa volatilidade é resultado da especulação excessiva nos mercados de commodities e de regras globais de comércio – escritas em grande medida para satisfazer os corporações do agronegócio – que tratam o alimento como um produto para o lucro das corporações e não como Direito Humano. É chegada a hora de uma transformação fundamental do sistema alimentar, e as seguintes mudanças na OMC são essenciais para um sistema global que garanta o desenvolvimento da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar:

- Os países em desenvolvimento devem ter o direito de subsidiar alimentos para as pessoas pobres, também

através de pagamentos diretos aos agricultores pobres, tal como está proposto nas negociações do G33 para a promoção da Segurança Alimentar.

- Os países em desenvolvimento devem ter o direito de aumentar tarifas e usar outras medidas para proteger os modos de vida dos pequenos agricultores, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Essa capacidade, chamada na OMC de Mecanismo de Salvaguardas Especiais (*Special Safeguard Mechanism – SSM*), precisa ser muito mais flexível do que é hoje nas propostas da OMC para que seja útil na garantia da segurança alimentar. Nenhum compromisso adicional na Agricultura deve ser exigido dos Países Menos Desenvolvidos.

- Os países em desenvolvimento devem poder isentar produtos de quaisquer cortes de tarifas futuros quando lhes pareça necessário para proteger a renda dos pequenos agricultores, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural; a designação de Produtos Especiais na OMC deve ser expandida. Rechaçamos qualquer congelamento de tarifas na Agricultura.

- Os subsídios à exportação devem ser disciplinados, incluídos os chamados subsídios da “Caixa Verde”.

- As regras comerciais devem ser modificadas para facilitar a correta regulação das commodities para prevenir a especulação excessiva e a volatilidade nos mercados globais.

- É preciso dar atenção especial à eliminação de subsídios aos agro-combustíveis, uma vez que estes subtraem o uso da terra para a produção de alimentos e agravam a degradação ecológica.

6. Exigimos Proteção à Biodiversidade e o Fim das Patentes Sobre a Vida

Um dos resultados importantes da declaração de Doha foi a análise da relação entre o acordo TRIPS e a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade (CBD). Dez anos de deliberação levaram a propostas concretas de correção ao acordo TRIPS sobre biopirataria.

- Os membros devem corrigir o acordo TRIPS para requerer divulgação de consentimento prévio, expresso e esclarecido dos países, além da distribuição justa e equitativa de benefícios.

- A revisão compulsória da obrigação de patenteamento sob o artigo 27.3(b) do Acordo TRIPS deve ser concluída. A longa pendência da revisão obrigatória lança dúvidas sobre as regras em que se baseia a abordagem. Reiteramos o apelo à eliminação das patentes sobre as formas de vida proposta por vários países em desenvolvimento.

7. A OMC Não É o Lugar Para Estabelecer uma Política sobre a Mudança Climática

Colocar a mudança climática na agenda da OMC representaria um sério perigo para a estabilização do clima, uma vez que as regras da OMC estruturalmente favorecem o aumento dos fluxos comerciais – uma grande fonte de emissão de gases de efeito estufa que causam a mudança climática – acima da sustentabilidade ambiental. Na medida em que muitos aspectos das regras atuais da OMC precisam ser alteradas para permitir mais espaço aos países para a formulação de políticas de proteção meio ambiente e busca do desenvolvimento sustentável, outras agências multilaterais são espaços muito mais apropriados do que a OMC para a discussão e a implementação de regras relacionadas à mudança climática global.

- As Regras do TRIPS devem ser alteradas para permitir que os países negociem flexibilidades no regime de propriedade intelectual, com relação à transferência de tecnologia, também em outros espaços.

- As políticas sobre a mudança climática não devem ser sujeitas a contestação através do Mecanismo de Resolução de Disputas da OMC.

- Nenhum novo ponto de “mudança climática” deve ser incluído na agenda da OMC.

8. Exigimos o Direito de Regulamentação dos Serviços Essenciais

As regras atuais do GATS não devem ser a base para a liberalização. Estimulando a liberalização e a desregulamentação, as regras de Acesso a Mercados do GATS proíbem que as regulamentações de interesse público possam ser aplicadas igualmente a empresas nacionais e estrangeiras para promover a estabilidade financeira, a segurança dos consumidores, a saúde pública, a qualidade ambiental e o acesso à educação. O GATS contém limites adicionais à regulamentação nacional no que diz respeito à procedimentos e exigências de qualidade, padrões técnicos e exigências de licenças.

- Quaisquer acordos plurilaterais sobre serviços, tal como o Acordo sobre Comércio de Serviços (TISA), não deve expandir as exigências de desregulamentação que já existem no GATS, e não devem ser tomados como base para nenhuma negociação multilateral sobre serviços.

- Serviços públicos em particular precisam ser excluídos de forma ampla e explícita de qualquer acordo.

Há mais mudanças a ser feitas no sistema global de comércio, incluindo a revisão fundamental, a revogação ou transformação dos acordos bilaterais e regionais de comércio e investimentos. Os pontos acima representam medidas imediatas a serem tomadas na OMC para que se ofereça mais espaço aos países para desenvolverem políticas e soluções pela superação da crise global e para o benefício de todos.

A OWINFS é uma rede global de mais de 200 organizações da sociedade civil de mais de 50 países. Para mais informações, contatar a OWINFS no endereço djames@cepr.net.

Los signatarios hasta el 28 de octubre, 2013:

| Organizaciones y Redes Internacionales y Regionales | | |
|--|--|--|
| 1 | ACP Civil Society Forum | The Forum is a coalition of 80 not-for-profit organisations working on issues relating to ACP-EU development cooperation. It seeks to cater for the diverse range civil society development issues within the wide geographic coverage of the ACP group. |
| 2 | Arab NGO Network for Development (ANND) | ANND is a regional network, working in 12 Arab countries with seven national networks (with an extended membership of 200 CSOs from different backgrounds) and 23 NGO members. |
| 3 | Asia Pacific Mission for Migrants (APMM) | A regional migrant centre working in the Asia Pacific and Middle East region. |
| 4 | Asian Peasant Coalition (APC) | Represent more than 15 million rural members (e.g. landless peasants, peasant women, dalits, agricultural workers, fisherfolks, pastoralists, and rural youth) from 33 organizations from Bangladesh, India, Indonesia, Malaysia, Mongolia, Nepal, Pakistan, Philippines, and Sri Lanka, struggling for genuine agrarian reform and people's food sovereignty. |
| 5 | Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) European Network | ATTAC is an international organization involved in the alter-globalization movement. We oppose neo-liberal globalization and develop social, ecological, and democratic alternatives so as to guarantee fundamental rights for all. |
| 6 | Caribbean Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN) | A regional network of scholars and researchers who work on the issues of political economy, trade, Sustainable Development; Sexual and Reproductive Health and Rights; governance and women's equal participation in power and decision-making. |
| 7 | Dignity International | Dignity International's vision is of a world in which everyone enjoys human rights and lives in dignity; free from fear, poverty and discrimination. Dignity International advocates with, connects, and supports the empowerment of deprived and struggling communities in claiming their human rights, and creating social justice around the world. |
| 8 | IBON International | IBON initiates and implements international programs, develops and hosts international networks, initiates and participates in international advocacy campaigns, and establishes regional and country offices. IBON strengthens links between local campaigns and advocacies to international initiatives. |
| 9 | International Presentation Association (IPA) | The mission of IPA is to channel our resources so that we can speak and act in partnership with others for global justice. |

| | | |
|----|--|--|
| 10 | LDC Watch | LDC Watch is a global alliance of national, regional and international civil society organisations (CSOs), networks and movements based in the Least Developed Countries (LDCs). |
| 11 | Pacific Network on Globalisation (PANG) | PANG is a Pacific regional network promoting economic justice in globalisation with specific attention to: 1) Accountability and transparency in economic and trade policy processes, 2) Poverty eradication, 3) Equitable development and sustainable livelihoods (opportunity, access, impact) and 4) Food sovereignty and environmental sustainability. |
| 12 | Pax Romana ICMICA Asia | Global network of Catholic leaders committed to justice, peace and creation. |
| 13 | Public Services International (PSI) | Public Services International (PSI) is a global trade union federation dedicated to promoting quality public services in every part of the world. PSI brings together more than 20 million workers, represented by 650 unions in 150 countries and territories. |
| 14 | South Asia Alliance for Poverty Eradication (SAAPE) | An alliance to fight against poverty and injustice in South Asia comprising journalists, academics, trade unionists, human rights activists, NGOs and other civil society actors across the region. |
| 15 | Southern Africa Trade Union Coordination Council (SATUCC) | SATUCC is a regional trade union organization representing all major trade union federations in the Southern African Development Community (SADC). It was established in March 1983 and today SATUCC is the only formally recognised representative regional trade union confederation with a special status in the SADC. |
| 16 | Southern and Eastern African Trade, Information and Negotiations Institute (SEATINI) | An African initiative to strengthen Africa's capacity to take a more effective part in the emerging global trading system and to better manage the process of Globalization. |

| Organizaciones Nacionales | | |
|----------------------------------|---|---------------------|
| 17 | 51% Coalition | Jamaica |
| 18 | Action Développement et Intégration Régionale (ADIR) | Burundi |
| 19 | Action, Research and Education Network of Aotearoa (ARENA) | New Zealand |
| 20 | Advocate for Safe Parenthood (ASPIRE) | Trinidad and Tobago |
| 21 | Africa Youth Coalition Against Hunger | Sierra Leone |
| 22 | Agricultura Alternativa y de Alerta ante la Transgénesis (AGALAT) | Panama |
| 23 | Agricultural Workers Union of TUC | Ghana |
| 24 | Alianza ONG | Dominican Republic |
| 25 | Aljawf Women Organization For Development | Yemen |
| 26 | All Lanka Peasant's Front | Sri Lanka |
| 27 | All Nepal Peasants Federation (ANPFa) | Nepal |
| 28 | Alliance Pour la Reconstruction et le Développement Post-Conflict (ARDPC) | Ivory Coast |
| 29 | Alliance Against WTO | Bangladesh |

| | | |
|----|---|---------------------|
| 30 | Alliance Sud | Switzerland |
| 31 | Alternative Information & Development Centre | South Africa |
| 32 | Amigos de la Tierra México | Mexico |
| 33 | Anguilla National Council of Women (ANCW) | Anguilla |
| 34 | Andhra Pradesh Vyavasaya Vruthidarula Union (APVVU) | India |
| 35 | Argentine Federation Of Commerce And Services Workers (FAECyS) | Argentina |
| 36 | Asia Monitor Resource Centre (AMRC) | Hong Kong |
| 37 | Asociacion Ecologica De Lanus (AEL) | Argentina |
| 38 | Association Commerciale, Agricole, Industriel et du Service (ACAISA) | Cape Verde |
| 39 | Association of Women's Organizations of Jamaica (AWOJA) | Jamaica |
| 40 | Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) Spain | Spain |
| 41 | Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) | Tunisia |
| 42 | Association Women Sun of Haiti | Haiti |
| 43 | Australian Fair Trade and Investment Network (AFTINET) | Australia |
| 44 | Bahrain Transparency Society | Bahrain |
| 45 | Banana Link | UK |
| 46 | Bangladesh Krishok Federation | Bangladesh |
| 47 | Barbados Association of Non Governmental Organizations | Barbados |
| 48 | Barbados National Organization of Women | Barbados |
| 49 | BASE Investigaciones Sociales | Brazil |
| 50 | Belize Enterprise for Sustainable Technology | Belize |
| 51 | Berne Declaration | Switzerland |
| 52 | Bharatiya Krishak Samaj | India |
| 53 | Bia'lii, Consultancy and Research | Mexico |
| 54 | Botswana Council of Non Governmental Organisations (BOCONGO) | Botswana |
| 55 | Business and Professional Women Barbados | Barbados |
| 56 | Cadre de concertation des OSC pour le suivi du CSLP (CdC/CSLP) | Burkina Faso |
| 57 | Campaign 2015+ International | Nigeria |
| 58 | Canadian Union of Postal Workers (CUPW) | Canada |
| 59 | Congress of South African Trade Unions (COSATU) | South Africa |
| 60 | Caribbean Association for Feminist Research and Action (CAFRA) | Trinidad and Tobago |
| 61 | Center for Alternative Research and Studies (CARES) | Mauritius |
| 62 | Center for Health, Human Rights and Development (CEHURD) | Uganda |
| 63 | Central Unitaria De Trabajadores (CUT) | Colombia |

| | | |
|----|---|----------------------|
| 64 | Centre d'Information et de Liaison des ONG (CILONG) | Chad |
| 65 | Centre de Recherche et d'Action pour le Développement (CRAD) | Haiti |
| 66 | Centre du Commerce international pour le Développement (CECIDE) | Guinea |
| 67 | Centre for Literacy and Community Development | Kenya |
| 68 | Centre National et International de Documentation et d'Information des Femmes en Haiti (ENFOFANM) Haiti | Haiti |
| 69 | Childolesent And Family Survival Organization - Women's Rights Action Group (CAFSSO-WRAG) | Nigeria |
| 70 | Civil Society Bahamas | Bahamas |
| 71 | Civil Society Coalition on Migration and Development | Nigeria |
| 72 | Civil Society Forum of Tonga (CSFT) | Tonga |
| 73 | Civil Society Movement of Sierra Leone | Sierra Leone |
| 74 | Civil Society Organization Network for Development (RESOCIDE) | Burkina Faso |
| 75 | Codepink | USA |
| 76 | Colectivo Voces Ecológicas (COVEC) | Panama |
| 77 | Comité Forum Social Lémanique (FSL) | Switzerland |
| 78 | Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde (CADTM) | Tunisia |
| 79 | Community Empowerment for Progress Organization (CEPO) | South Sudan |
| 80 | Concertation Nationale Des Organisations paysannes et des Producteurs (CNOP) | Gabon |
| 81 | Confederacion Nacional De Unidad Sindical (CNUS) | Dominican Republic |
| 82 | Congress of South African Trade Unions (COSATU) | South Africa |
| 83 | Conseil de Concertation des ONGs de Développement (CCOD) | Congo |
| 84 | Conseil des ONG Agrées du Cameroun (CONGAC) | Cameroon |
| 85 | Conseil Inter ONG En Centrafrique (CIONGCA) | Central African Rep. |
| 86 | Conseil National des ONG de Développement (CNONGD) | D.R. Congo |
| 87 | Consejo de Investigaciones para el Desarrollo de Centroamérica (CIDECA) | Guatemala |
| 88 | Consumer Education Trust | Uganda |
| 89 | Consumers Protection Association (CPA) | Lesotho |
| 90 | Cook Islands Association of Non-Governmental Organisations (CIANGO) | Cook Islands |
| 91 | Coordination nationale des organisations paysannes du Mali | Mali |
| 92 | Cotonou Task Force | Ethiopia |
| 93 | Council for NGOs (CANGO) | Swaziland |
| 94 | Council of Canadians | Canada |
| 95 | Cristianas y Cristianos De Base De Madrid | Spain |
| 96 | Development Service Exchange (DSE) | Solomon Islands |
| 97 | Dominica National Council of Women | Dominica |

| | | |
|-----|---|-----------------------|
| 98 | Eastern and Southern Africa small-scale Farmers Forum (ESAFF) | Zambia |
| 99 | Economic Justice Network Lesotho (EJNL) | Lesotho |
| 100 | Economic News Africa | Kenya |
| 101 | Ecuador decide | Ecuador |
| 102 | Equity and Justice Working Group Bangladesh (EquityBD) | Bangladesh |
| 103 | Fairwatch | Italy |
| 104 | Federación de Trabajadores del Agua Potable y Alcantarillado del Perú (FENTAP) | Peru |
| 105 | Federation de Femmes Enterpreneurs et Affairs de la CEDEAO (FEFA) | Guinea |
| 106 | Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos (FOCO) | Argentina |
| 107 | Forum das Ong de São Tomé e Príncipe (FONG-STP) | Sao Tomé and Príncipe |
| 108 | Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas (FONGA) | Angola |
| 109 | Forum des ONG pour le Développement Durable (FONGDD) | Eq. Guinea |
| 110 | Foundation pour le Developpment au Sahel (FDS) | Mali |
| 111 | Friends of the Earth | Ghana |
| 112 | FSM Alliance of NGOs (FANGO) | Micronesia |
| 113 | Gilbert Agricultural and Rural Development Centre (GARDC) | Antigua and Barbuda |
| 114 | Global Exchange | USA |
| 115 | Globalization Watch Hiroshima | Japan |
| 116 | Gonoshasthaya Kendra (GK) | Bangladesh |
| 117 | Good Shepherd International Justice Peace Office | USA |
| 118 | Grassroots Organisations of Trinidad & Tobago (GOTT) | Trinidad and Tobago |
| 119 | Grenada National Organization of Women | Grenada |
| 120 | Groupe d'Action et de Reflexion sur l'Environnement et le Développement (GARED) | Togo |
| 121 | Groupe de Recherche et d'Action pour la Promotion de l'Agriculture et du Développement (GRAPAD) | Benin Republic |
| 122 | Grupo Tacuba | Mexico |
| 123 | Guyana Association of Women Lawyers | Guyana |
| 124 | Hecho en Bs As / empresa social | Argentina |
| 125 | Help & Shelter | Guyana |
| 126 | Initiatives for Dialogue and Empowerment through Alternative Legal Services (IDEALS) | Philippines |
| 127 | Institute for Economic Research and Innovation (IERI) | South Africa |
| 128 | Institute for Global Justice (IKG) | Indonesia |
| 129 | Instituto Justiça Fiscal (IJF) | Brazil |

| | | |
|-----|---|---------------------|
| 130 | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEI) | Guinea-Bissau |
| 131 | Inter Agency Group of Development Organizations (IAGDO) | Grenada |
| 132 | Iyanola (St.Lucia) Council for the Advancement of Rastafari Incorporated (ICAR) | St. Lucia |
| 133 | Jamaica Network of Rural Women Producers | Jamaica |
| 134 | Jamaicans United for Sustainable Development | Jamaica |
| 135 | Jubilee Debt Campaign | UK |
| 136 | Kalingo Carib Council | Dominica |
| 137 | Kenya Debt Relief Network (KENDREN) | Kenya |
| 138 | Kilusang Magbubukid Ng Pilipinas (KMP) | Philippines |
| 139 | Kiribati Association of Non-Governmental Organisation (KANGO) | Kiribati |
| 140 | Labour,Health and Human Rights Development Centre | Nigeria |
| 141 | Lesotho Council of NGOs (LCN) | Lesotho |
| 142 | Liaison Unit of the non-governmental organisations of Seychelles -(LUNGOS) | Seychelles |
| 143 | Lutte Nationale Contre la Pauvreté (LUNACOP) | DR Congo |
| 144 | Malawi Economic Justice Network | Malawi |
| 145 | Marshall Islands Council of NGOs (MICNGOS) | Marshall Islands |
| 146 | Mauritius Council of Social Service (MACOSS) | Mauritius |
| 147 | Melanesian NGO Centre for Leadership (MNCL) | Papua New Guinea |
| 148 | Movement for National Land and Agricultural Reform (MONLAR) | Sri Lanka |
| 149 | Namibia Non-Governmental Organisations Forum Trust | Namibia |
| 150 | National Agricultural workers Forum (NAWF) | India |
| 151 | National Alliance of People's Movements (NAPM) | India |
| 152 | National Association of NGOs (NANGO) | Zimbabwe |
| 153 | National Association of Nigerian Traders (NANTS) | Nigeria |
| 154 | National Center For Labour (NCL) | India |
| 155 | National Council of NGOs | Kenya |
| 156 | National du Réseau des Ong de Développement et Associations de Défense des Droits de l'Homme et de la Démocratie (RODADDHD) | Niger |
| 157 | National Fisheries Solidarity Movement (NAFSO) | Sri Lanka |
| 158 | National Forum for Mozambiquan NGOs and CBOs (TEIA) | Mozambique |
| 159 | Nauru Island Association of NGOs (NIANGO) | Nauru |
| 160 | Network for Women´s Rights and Feminist Perspectives in Development (WIDE) | Austria |
| 161 | Network of Women's NGOs | Trinidad and Tobago |
| 162 | New Hope Youth Trust | Botswana |
| 163 | Niue Island (Umbrella) Association of NGOs (NIUANGO) | Niue |

| | | |
|-----|---|---------------------|
| 164 | Nou Sud | Spain |
| 165 | Online Knowledge Society | Bangladesh |
| 166 | Otros Mundos AC | Mexico |
| 167 | Plate-forme des acteurs non étatiques pour le suivi de l'Accord de Cotonou au Sénégal | Senegal |
| 168 | Plateforme haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif (PAPDA) | Haiti |
| 169 | Plate-Forme Nationale des Organisations de la Societe Civile de Madagascar | Madagascar |
| 170 | Policy Analysis and Research Institute of Lesotho (PARIL) | Lesotho |
| 171 | Pour Social Development Cooperative (SDC - RCA) | Central Africa Rep. |
| 172 | Poverty Action Network in Ethiopia (PANE) | Ethiopia |
| 173 | Professional Organization for Women in Antigua | Antigua |
| 174 | Programme de Plaidoyer Pour une Intégration Alternative (PPIA) | Haïti |
| 175 | Rape Crisis Society of Trinidad & Tobago | Trinidad and Tobago |
| 176 | Rassemblement pour une Alternative Internationale de Développement (RAID) | Tunisia |
| 177 | Red Mexicana de Acción Frente al Free Comercio (RMALC) | Mexico |
| 178 | Red Thread | Guyana |
| 179 | Regional en América Latina del Centro de Solidaridad Sindical de Finlandia | Finland |
| 180 | Resist Agrcochemical TNCs | Philippines |
| 181 | Resistance & Alternatives | Mauritius |
| 182 | Resistance and Alternatives to Globalization (RAG) | Indonesia |
| 183 | Roots for Equity | Pakistan |
| 184 | Rural Reconstruction Nepal (RRN) | Nepal |
| 185 | Rwanda Civil Society Platform | Rwanda |
| 186 | Samoa Umbrella for Non Governmental Organisation (SUNGO) | Samoa |
| 187 | SAVE Foundation Inc. (Services Alliance for Violent Encounters) | Barbados |
| 188 | Seruni | Indonesia |
| 189 | Simpson Foundation Malawi | Malawi |
| 190 | Sistren Theatre Collective | Jamaica |
| 191 | Sociedad Económica de Amigos del País | Cuba |
| 192 | Solidarité | France |
| 193 | Somali Organisation for Community Development Activities (SOCDA) | Somalia |
| 194 | South African NGO Council (SANGOCO) | South Africa |
| 195 | Southern and Eastern African Trade, Information and Negotiations Institute (SEATINI) Zimbabwe | Zimbabwe |
| 196 | Southwest Freedom of Information Act Network | Nigeria |
| 197 | Stichting Projekta | Suriname |

| | | |
|-----|---|--------------------------------|
| 198 | Tanzania Association of NGOs | Tanzania |
| 199 | Tchad Agir Pour l'Environnement (TCHAPE) | Chad |
| 200 | The Asia Foundation | Timor-Leste |
| 201 | The Call for Africa Development [CAD] | Lesotho |
| 202 | Toledo Maya Women's Council | Belize |
| 203 | Tuvalu Association of NGOs (TANGO) | Tuvalu |
| 204 | Uganda Environmental Education Foundation (UEEF) | Uganda |
| 205 | Unidad Ecológica Salvadoreña (UNES) | El Salvador |
| 206 | Union Nacional De Trabajadores | Mexico |
| 207 | United Methodist Church Philippines | Philippines |
| 208 | Vanuatu Association of NGOs (VANGO) | Vanuatu |
| 209 | Voices for Interactive Choice and Empowerment (VOICE) | Bangladesh |
| 210 | War on Want | UK |
| 211 | West African Women Association (WAWA) | Liberia |
| 212 | Windward Islands Farmers' Association (WINFA) | St. Vincent and the Grenadines |
| 213 | Woman Inc. | Jamaica |
| 214 | Women Across Differences (WAD) | Guyana |
| 215 | Women Against Rape | Antigua |
| 216 | Women Working for Social Progress | Trinidad and Tobago |
| 217 | Women's Crisis Centre | Jamaica |
| 218 | Women's Institute for Alternative Development (WINAD) | Trinidad and Tobago |
| 219 | Women's Issues Network of Belize | Belize |
| 220 | Women's Media Watch Jamaica | Jamaica |
| 221 | Women's Resource and Outreach Centre | Jamaica |
| 222 | Women's Rights Centre | Suriname |
| 223 | World Democratic Governance project Association (WDGpa) | Spain |
| 224 | World Development Movement (WDM) | UK |
| 225 | Worldview | Gambia |
| 226 | Young Women's Christian Association (YWCA) Barbados | Barbados |
| 227 | Youth Foundation of Bangladesh (YFB) | Bangladesh |
| 228 | Zambia Council for Social Development | Zambia |